



## **Mesa 2: Políticas públicas y su impacto en la configuración de municipios y organizaciones sociales. (Siglos XX-XXI)**

Gabriela Donaton  
Universidade Estadual Paulista/UNESP  
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Rua Roberto Simonsen, 305  
19060-900 - Presidente Prudente, SP - Brasil.  
[gabrieladonaton2@gmail.com](mailto:gabrieladonaton2@gmail.com)

### **A produção orgânica no município de Piracaia-SP: desafios e perspectivas**

#### **Resumo**

O objetivo do trabalho é apresentar os resultados parciais da pesquisa em nível de mestrado intitulada “Estratégias de reprodução social e econômica: a produção orgânica no município de Piracaia-SP”, vinculado a Universidade Estadual Paulista (Unesp – Presidente Prudente).

A partir da década de 1970, no Brasil, aprofundou-se o debate a respeito de se reorganizar a produção agrícola com a construção de um novo paradigma a partir da sustentabilidade. Contestava-se no modelo tecnológico suas mazelas ambientais e sociais, como também a exclusão econômica e social dos pequenos produtores rurais.

Com a crescente preocupação em relação às questões ambientais, principalmente devido aos efeitos negativos da difusão do pacote tecnológico da Revolução Verde, passou-se a defender que a agricultura deveria incorporar princípios ambientais. Atualmente estas práticas alternativas se expressam através de diversas correntes, principalmente a produção orgânica, que possui grande potencial para os pequenos produtores rurais que desejam reduzir os custos de produção e possuir maior rentabilidade.

Ressaltamos que, apesar da agricultura alternativa ter sido difundida no Brasil na década de 1970, sua regulamentação oficial ocorreu somente no ano de 2003, com a promulgação da Lei Nº 10.831 de 23 de dezembro, aglutinando todas as correntes de produção alternativas e denominando-as de produção orgânica. Foi somente no ano de 2013



que ocorreu a promulgação, no âmbito do governo federal, do primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que busca implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica.

A partir desse contexto, estudamos a produção orgânica no município de Piracaia-SP, junto à Associação Piracaia Orgânica. Atualmente o município possui cerca de 60 produtores orgânicos, dos quais três (3) já se encontram certificados oficialmente junto ao Sistema Participativo de Garantia da Associação de Agricultura Natural de Campinas (ANC), através do processo de certificação participativa. Destaca-se dessa maneira as diversas ações implementadas pela Associação Piracaia Orgânica, como a organização da feira do produtor rural orgânico, onde são comercializados a produção agrícola, como também promovem palestras e cursos para os produtores rurais. Destacamos como fontes bibliográficas utilizadas: ASSIS, Renato Linhares (2002); DAROLT, Moacir R., BRANDEMBURG, Alfio, LAMINE, Claire (2013); HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros (2008).

## **Introdução**

O objetivo do trabalho é apresentar os resultados parciais da pesquisa em nível de mestrado intitulada “Estratégias de reprodução social e econômica: a produção orgânica no município de Piracaia-SP”, vinculada à Universidade Estadual Paulista (Unesp – Presidente Prudente).

Com a crescente preocupação em relação às questões ambientais, principalmente devido aos efeitos negativos da difusão do pacote tecnológico da Revolução Verde, passou-se a defender que a agricultura deveria incorporar princípios ambientais, com a construção de um novo paradigma a partir da sustentabilidade. Contestava-se no modelo tecnológico suas mazelas ambientais e sociais, como também a exclusão econômica e social dos pequenos produtores rurais. Atualmente estas práticas alternativas se expressam através de diversas correntes, dentre elas a produção a produção orgânica.



Segundo a Lei N° 10.831<sup>1</sup>, de 23 de dezembro de 2003, considera-se sistema orgânico de produção agropecuária:

Todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

A partir desse contexto, estudamos a produção realizada no sistema orgânico no município de Piracaia-SP junto à Associação Piracaia Orgânica (APO). Atualmente (2016) o município possui cerca de 997 UPAs (Unidades de Produção Agrícola), das quais 66,8% , ou seja, 666 UPAS possuem até 20 hectares. O município tem cerca de 60 produtores que cultivam no sistema orgânico, dos quais três (3) já foram certificados oficialmente junto ao Sistema Participativo de Garantia (SPG) da Associação de Agricultura Natural de Campinas (ANC), através do processo de certificação participativa.

Buscamos, desta maneira, traçar o perfil dos produtores rurais que trabalham no sistema de produção orgânica evidenciando sua trajetória de vida e as estratégias sociais para a permanência nesta atividade. Para tal objetivo, realizamos a revisão bibliográfica sobre a origem da agricultura sustentável no Brasil e das novas ruralidades.

Os dados apresentados neste trabalho resultam da aplicação de formulários semi-estruturado junto aos produtores rurais<sup>2</sup> participantes da feira do produtor rural e que produzem no sistema de produção orgânica, como também da aplicação de formulários semi-estruturado junto aos consumidores que frequentam a feira do produtor rural.

<sup>1</sup> Disponível em [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Desenvolvimento\\_Sustentavel/Organicos/Legislacao/Nacional/Lei\\_n\\_010\\_831\\_de\\_23-12-2003.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Organicos/Legislacao/Nacional/Lei_n_010_831_de_23-12-2003.pdf)

<sup>2</sup> Foram aplicados nove formulários junto aos produtores rurais e nove formulários junto aos consumidores.



Os produtores rurais vinculados a APO possuem um perfil diferenciado, combinando a atividade agropecuária (vinculada à produção orgânica) com outras ocupações na área urbana (médico, professor, dentre outras), criando novas experiências que contribuem para a diversidade social e cultural no espaço rural do município de Piracaia.

Destaca-se, dessa maneira, as diversas ações implementadas pela APO, como a organização da feira do produtor rural junto a Casa da Agricultura, onde é comercializada a produção agrícola, como também a promoção de palestras e cursos para os produtores rurais interessados do município.

### **Da modernização agrícola ao desenvolvimento da agricultura sustentável no Brasil**

A partir da década de 1970, no Brasil, aprofundou-se o debate a respeito de se reorganizar a produção agrícola com a construção de um novo paradigma a partir da sustentabilidade.

A modernização agrícola foi legitimada segundo a ideia de que o desenvolvimento rural deveria ser apoiado na ampliação de seu potencial produtivo, sendo necessária a incorporação crescente de tecnologia e insumos externos às propriedades para alcançar este objetivo e superar o atraso, destacando o papel do Estado brasileiro nesse processo. Entendia-se que a agricultura brasileira era atrasada em termos técnicos, havendo assim a necessidade de modernizá-la.

A Revolução Verde se constituiu como um novo padrão produtivo, já que transformou as bases técnicas da agricultura, com o objetivo de aumentar a produtividade agrícola para atender a demanda da indústria. A agricultura tradicional sucessivamente foi sendo substituída por uma agricultura mecanizada, abrindo caminho para a indústria de insumos químicos e a indústria de máquinas.

Tambara (1985) aponta que a Revolução Verde corresponde à expansão do capitalismo no campo, tendo como objetivo a apropriação da natureza para auferir mais lucro, não se preocupando com os impactos dessas práticas ao meio ambiente (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2001).



Como descreve Belato (1993, p.05), “a Revolução Verde é o período marcado por geração de conhecimentos tecnológicos à agropecuária do mundo inteiro e sistematizados em pacotes tecnológicos abrangendo a área química, da mecânica e da biologia”. (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2001).

Adotou-se, assim, modernos sistemas de produção, com a utilização dos insumos químicos para maximizar os rendimentos da produção em larga escala. Combinado a este processo, verificou-se a rearticulação da produção de alimentos, sob a influência das corporações transnacionais. Abriu-se caminho para a ação do Estado, como também para agentes exógenos ao setor agrícola, levando a diversas políticas para a superação desse setor considerado atrasado, tradicional, conservador e arcaico.

A aceleração do processo de modernização da agricultura ocorreu com a criação e implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), destacando-se como uma política federal de crédito agrícola, consolidando o capital industrial e a expansão das relações capitalistas no campo.

Concomitantemente, o aumento do contingente populacional nas cidades provocou uma maior procura por produtos industrializados. Silva aponta que “essa expansão constrói novas funções urbanas e segmentos produtivos que, por sua vez, direcionaram e elevaram a demanda interna por produtos rurais” (2007, p.31).

Graziano da Silva (1983) adjetiva este processo como modernização dolorosa e conservadora, pois promoveu ainda mais a concentração da riqueza, ampliou os processos agroindustriais e foi seletivo territorialmente. Não deixou de representar também a base do desenvolvimento econômico, pautado na geração de superávits na balança comercial.

O intenso processo de expansão das tecnologias no campo gerou desigualdades regionais intensas, já que os investimentos se consolidaram nos estados brasileiros que possuíam algum dinamismo. A expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste, foi seguido do aumento do uso de maquinários e equipamentos agrícolas.

Silva (2007, p.38) destaca que:

Essa dinâmica articula e integra o local ao regional, ao nacional e o internacional em proporções qualitativas e quantitativas. Percebe-se,



então, não um comportamento geral padronizado, uma variedade de dinâmicas determinadas pelas características de cada complexo e pelas escalas as quais eles se relacionam.

Apesar do processo de modernização da agricultura ter dinamizado diversos setores econômicos, esta teve um caráter excludente, pois aumentou a concentração de riqueza e provocou o desequilíbrio ecológico. Outros impactos podem ser descritos como a dependência crescente de insumos industriais, aumento dos custos de produção, concentração fundiária e valorização da terra, êxodo rural, insegurança alimentar, intoxicações e a exclusão dos agricultores, sobretudo dos pequenos.

Na perspectiva de Brandenburg (2005, p.1):

Jamais se presenciou na história da sociedade brasileira um processo de exclusão social de tamanha expressão; de trabalhadores, pequenos agricultores e camponeses de modo geral. Assim, é a partir da intensa modernização agrária que grupos organizados, representantes e líderes de associações e sindicatos, questionam o padrão de desenvolvimento fundamentado na primazia da razão instrumental (*apud* ZAMBERLAN; FRONCHETI, 2001, p.11).

Não obstante, a degradação ambiental passou ser vista como resultado desse processo, “como a erosão dos solos, a crescente contaminação dos recursos hídricos, dos alimentos, do homem e dos animais, as perdas impostas à biodiversidade genética” (HESPANHOL, 2008, s.p). As preocupações com estas temáticas cresceram e diversas conferências, reuniões e documentos foram produzidos para alertar os países dos graves problemas ambientais causados pelo progresso científico.

Os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa sucederam-se nos anos de 1981, 1984, 1987 e 1989 tendo por objetivo buscar novas alternativas para a produção agropecuária com o desenvolvimento de técnicas não convencionais, para que o desenvolvimento agrícola pudesse assumir outra direção. Ocorreu a participação de associações, organizações não governamentais (Ong's), sindicatos, igrejas, agricultores, engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas e consumidores.



Diante dos aspectos crescentes do reconhecimento da questão ambiental na produção agropecuária, a partir da década de 1980, tem-se a valorização dos produtos orgânicos, como também o destaque para as políticas públicas que foram direcionadas à agricultura familiar. A pequena propriedade rural passou a ser referência para a produção ecológica, principalmente para a agricultura orgânica “(...) que passou a constituir-se como opção de resistência ao padrão pensado e implantado de forma impositiva, que tende a reduzir a capacidade de alocação de recursos que propiciem qualidade de vida à família” (SILVA, 2007, p.50-51).

Uma agricultura sustentável compreende o uso dos recursos do solo, água, energia solar e das interações entre os organismos, como também de ser socialmente justa, promovendo a qualidade de vida aos produtores e consumidores. A agricultura “deixou de ser vista como uma questão puramente técnica, passando a ser vista como um processo condicionado por dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas” (CONWAY; BARBIER, 1990 *apud* ALTIERI, 2004, p.62).

O espaço rural se reafirma nesse processo, pois “as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas apontam para a emergência de uma nova ruralidade” (WANDERLEY, 2000, p.04). Observam-se modos de vida, na sociedade contemporânea, que são particulares, ocorrendo assim, “permanências, reconstruções, emergências de processos sociais que dão especificidades a essa forma socioespacial que é a ruralidade” (WANDERLEY, 2000, p.308).

Diante das novas configurações do espaço rural, com modos de produção diferenciados, novos tipos de moradores, o debate a respeito das “novas ruralidades” emerge desde a década de 1990, fazendo com que os pesquisadores passem a identificar designações como a emergência de uma nova ruralidade, o renascimento do rural, a ruralidade contemporânea, a valorização do meio rural e a ressignificação do rural.



## As novas ruralidades em questão

Buscando o entendimento das novas ruralidades, reconhecemos que o rural não pode ser considerado como imutável e/ou a-histórico, mas é uma categoria histórica que se transforma em cada sociedade (WANDERLEY, 2000). Também não podemos considerá-lo apenas um lugar onde se produz bens, mas é um lugar de vida e de moradia.

Caminhando nesta perspectiva, a partir da década de 1970, nos países europeus, principalmente na França, notou-se um movimento de retorno ao campo, constituindo-se um novo perfil de moradores e de produção agrícola. Bernard Kayser (1990) aponta que as unidades familiares passaram a produzir e comercializar produtos em âmbito local e participavam ativamente da vida política local e “embora ainda minoritário, os neo-rurais são uma parcela populacional que não deve ser desconsiderada” (KAYSER, 1990 *apud* CODONHO, 2013, p.109).

Giuliani (1990) interpreta que, inversamente aos movimentos de retorno ao campo, atualmente a reocupação do espaço rural segue no sentido a reviver os valores do campo. “O que faz reviver os valores próprios do mundo rural, transformando-os em força crítica de formas em que a sociedade integra, se desenvolve, é uma livre escolha bem precisa e particular” (p.01).

Codonho (2013), em pesquisa realizada no sul de Minas Gerais, descreve como o espaço rural agrega cada vez mais novas formas de ser e atuar. A autora denomina de neo-rurais forasteiros, aqueles que advêm dos grandes centros urbanos que

Normalmente, constituem-se de recém aposentados que já planejavam morar na casa de campo nesta fase da vida, de profissionais com horários mais flexíveis que podem conciliar seus compromissos de trabalho com a vida na zona rural e em alguns poucos casos, jovens com alto grau de instrução que não se adéquam ao modo de vida citadino e buscam um ideal de vida mais justo no campo (p.110).

Diante dos estudos expostos, notamos que o espaço rural é diversificado e suas funções estão relacionadas a outras atividades, seja por moradores que exercem atividades não-agrícolas e outros que combinam a atividade agrícola com outras fontes de rendimento,





resultando em formas alternativas de reprodução social, contribuindo para a sua diversidade social e cultural.

Wanderley (2000) aponta que estudar as novas ruralidades “supõe, portanto, a compreensão dos contornos das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo como espaço físico, lugar onde se vive e o lugar onde se vê e vive o mundo”.

As representações sobre o espaço rural passam por uma reconstrução, por ressignificações, se configurando como um espaço de vida e de trabalho, uma rede de relações sociais, com representações específicas de pertencimento, de desejo ou projetos de vida, não se definindo apenas por sua atividade principal, ou seja, a agricultura. Essas posições lhe conferem dinâmicas próprias, permitindo assim a construção de novas ruralidades. Tem-se em curso “uma ruralidade em reconstrução sob um processo complexo, não unidirecional, e que se revitaliza na sua complementaridade intrínseca com o urbano e que ainda carece de análises, estudos locais e regionais acerca de suas singularidades” (FERREIRA, 2002, p.41).

Compreendemos o rural através de outras facetas, não somente do ponto de vista da sua atividade produtiva, ou seja, a agricultura, considerando “(...) as relações de poder que permeiam diferentes grupos sociais, ou seja, em que condições determinados grupos conseguem se impor sobre outros e firmar suas identidades e suas definições de lugar” (PIRES, 2007, p.47).

O espaço rural se constitui como uma construção social, múltipla e aberta às diferentes percepções, principalmente no período da pós-modernização. Pires (2007, p.35), citando Mormont (1990), ressalta esse ponto de vista ao afirmar que, “os diferentes atores, grupos sociais, instituições (administradores locais, agricultores, novos moradores) e seus respectivos interesses, disputam suas representações sobre o rural”.

A partir destes apontamentos, entendemos a agricultura orgânica como uma estratégia desenvolvida pelos produtores rurais da Associação Piracaia Orgânica (APO), para sua manutenção e re-atualização da ruralidade, envolvendo um discurso de preservação ambiental sem a utilização de agrotóxicos na produção de alimentos. Em muitos casos, esses



produtores rurais, são de origem urbana, e possuem projetos particulares que envolvem o meio rural.

A noção de estratégia é compreendida neste trabalho, como um sentido prático para sua reprodução social. No caso dos produtores rurais de Piracaia, estas estratégias resultam, de acordo com Bourdieu (1990), de uma invenção permanente, indispensável para se adaptar as situações indefinidas e variadas, nunca perfeitamente identificadas (p.31).

As estratégias se entrecruzam/reestruturam, pois estes produtores rurais possuem objetivos comuns, estabelecendo alianças entre si e com outros setores sociais, como o conselho municipal de meio ambiente, o sindicato rural, a associação e com os próprios consumidores de produtos orgânicos. Ocorrem também cursos, capacitações, orientação técnica e incentivo à comercialização da produção, sendo realizada a feira do produtor rural semanalmente, no espaço cedido pelo sindicato rural.

Estes produtores rurais adquirem novos hábitos, novos valores e técnicas, interagindo na construção de um projeto de identidade social que ocorre a partir da produção de alimentos sem a utilização de agrotóxicos e com preocupação com o meio ambiente.

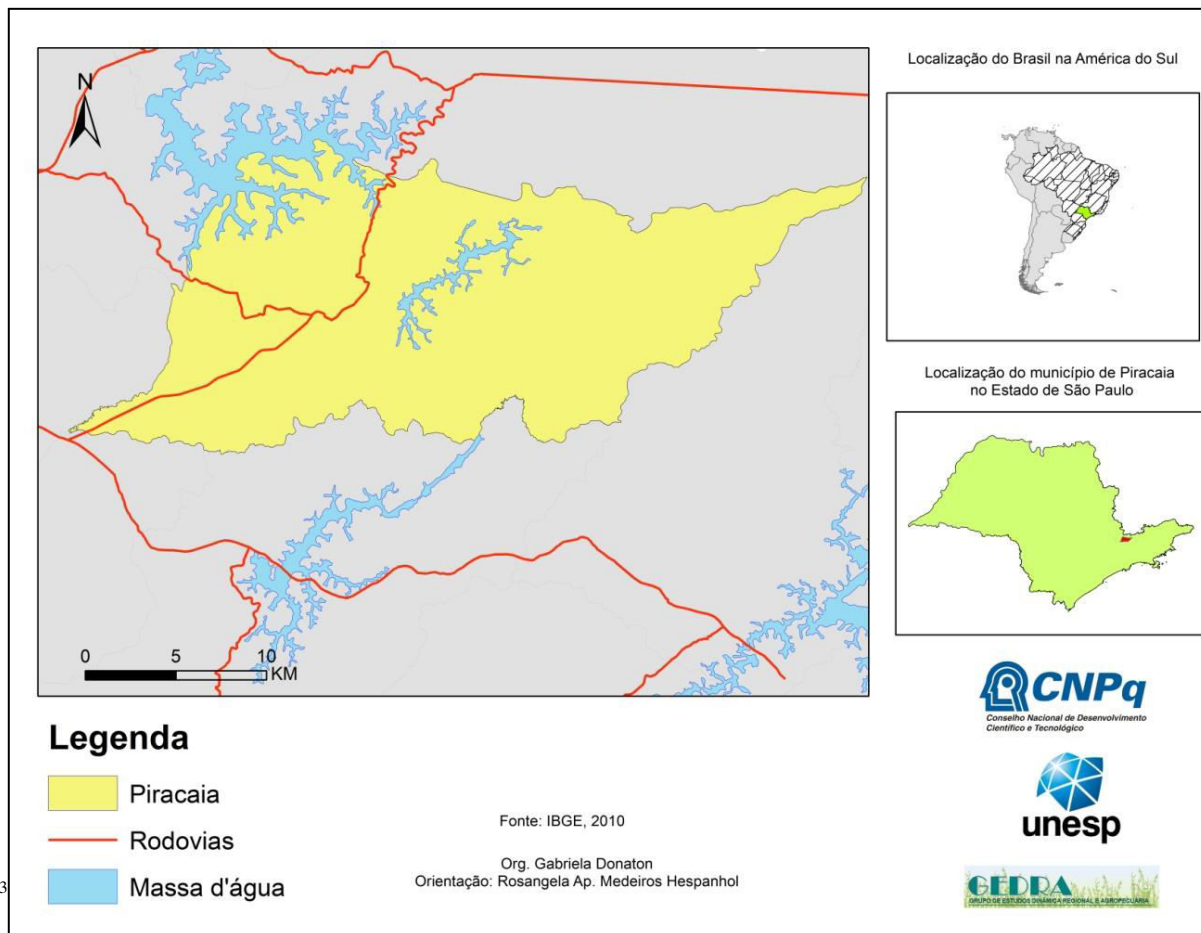


### A Associação Piracaia Orgânica (APO) e seus consumidores

Identificamos no âmbito de nossa pesquisa, que o município de Piracaia (mapa 1) possui várias situações que nos levam a refletir a respeito das novas ruralidades em questão. Este município situa-se a 90 Km de São Paulo (capital), na Microrregião Geográfica de Bragança Paulista, possuindo uma população total de 25.116<sup>3</sup> habitantes. Segundo o Plano Plurianual de Desenvolvimento Rural (2009-2013), o município possuía 6.578 habitantes na área rural.

**Mapa 1: Localização do município de Piracaia-SP.**

Destes 25.116 habitantes, 39,17%, cerca de 9.840 habitantes, não são naturais do município, migraram de outros locais para o Piracaia. Quando analisamos os dados por Estado (UF), 11,19%, ou seja, cerca de 2.812 habitantes, migraram de outros estados





brasileiros. Notamos assim, que parte significativa da população de Piracaia é originária de outras regiões do país.

Devido às belezas naturais da Serra da Mantiqueira, constitui-se num município turístico, com cachoeiras e represas, permitindo a escolha entre o turismo ecológico, rural e de aventura. No espaço urbano, têm-se belos prédios com mais de 100 anos e bem preservados. No espaço rural destaca-se a produção de laranja, limão, pêssego, caqui e tangerina e milho, como também o rebanho bovino e de galináceos (SIDRA, 2016).

A Associação Piracaia Orgânica<sup>4</sup>, que se constitui num grupo de produtores e consumidores orgânicos, surgiu no ano de 2013. Mas, quem são estes novos produtores rurais?

D. P, que possui entre 41 e 50 anos, tem curso superior completo em Filosofia e reside na propriedade há três anos. É filho de produtor rural. Era professor e abandonou a profissão para trabalhar com a produção orgânica há 10 anos, tanto na produção como na assessoria para aqueles que querem iniciar suas atividades neste tipo de sistema de produção. É associado da Associação Piracaia Orgânica, da Rede de Agroecologia da Unicamp e da *International Foundation for Organic Agriculture* (IFOAM). Cultiva mandioca, banana, verduras, limão, cana-de-açúcar, pimenta, cúrcuma, azedinho<sup>5</sup> (*Oxalis divaricata* Mart. ex Zucc), batata-doce, ora-pro-nóbis, peixinho<sup>6</sup> (*Stachys lanata* Jacq), temperos (alecrim, manjeriço), todos de forma orgânica, vendidos na feira do produtor rural e em diversos eventos. Sua propriedade possui o selo de certificação pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG), pela Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC).

<sup>4</sup> A APO, seus produtores e consumidores “sonham com uma cidade orgânica, onde nossas crianças possam brincar nos rios, ouvir as melodias dos passarinhos vindo de matas preservadas e alimentar-se com produtos sem veneno, seja na escola, restaurantes, praças e hospitais. Somos proprietários de sítios, chácaras e fazendas adeptos da agroecologia. Estamos nos integrando ao Sistema Participativo de Garantia da Associação de Agricultura Natural de Campinas (ANC), através do processo de certificação participativa” (<http://www.piracaiaorganica.eco.br/index.php/quem-somos/>).

<sup>5</sup> *Oxalis divaricata* Mart. ex Zucc é conhecida popularmente como azedinha, azedinho, trevo. É uma espécie herbácea a subarborescente, perene e que se desenvolve nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil.

<sup>6</sup> *Stachys lanata* Jacq é conhecida popularmente como peixinho, orelha-de-lebre, orelha-de-coelho, orelha-de-cordeiro, lambari, stachis, lambari-da-horta, lambarizinho, língua-de-vaca, peixe-de-pobre, peixe-frito, peixinho-frito, sálvia, sálvia-peluda, planta-peixinho. No Brasil, é cultivado em localidades de clima ameno como nas regiões Sul, Sudeste e Centro- Oeste.



C.S., possui entre 51 e 60 anos, curso superior completo, é compositora e música, reside na propriedade há seis anos. Residia na cidade do Rio de Janeiro, onde vendeu seu apartamento e comprou uma propriedade rural no município de Piracaia. No início,(2010), produzia para o auto-consumo, depois passou a vender a produção excedente. Produz no sistema orgânico mandioca, alface, rúcula, agrião, cheiro verde, repolho, couve flor, cenoura, cebola, tomate e brócolis, vendendo na feira e com uma *van* (figura 01) (parceria com outro produtor, F. B.). Já exerceu o cargo de conselheira e vice-presidente na APO e, atualmente (2016), apenas ajuda a associação, na questão da documentação.

**Figura 01: Quitanda móvel utilizada para a venda de produtos orgânicos.**



**Fonte: Trabalho de Campo realizado em Maio de 2016. Autora: Gabriela Donaton.**

C., possui entre 51 e 60 anos, curso superior completo, é médico e reside na cidade. Possuía outra propriedade em São Paulo (capital) onde realizou sua venda. Comprou um sítio no município de Piracaia há cinco anos, passando a trabalhar com a produção no sistema orgânico. Produz amora preta (sendo processada por um terceiro para a fabricação de geleia artesanal), mirtilo e framboesa. Vende no supermercado e na feira do produtor rural de Piracaia. Já foi associado à APO e atualmente é vice-presidente do Sindicato Rural de



Piracaia. Sua propriedade é certificada pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG), pela Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC).

O. M., possui entre 51 e 60 anos, 1º grau completo, arrendou uma propriedade há 1 ano e meio. Era representante comercial na cidade de São Paulo e se mudou para Piracaia com a família. Produz alface, banana e milho que são todos vendidos na feira do produtor rural no município de Piracaia. É associado junto a APO e ao sindicato rural.

M. possui entre 31 e 40 anos, tem curso superior completo, é bióloga. Recebeu a propriedade como herança há seis anos e, desde então, produz de forma orgânica. Realizou trabalhos de recuperação de áreas degradadas junto a APO e atualmente é presidente do Conselho de Meio Ambiente do município. Produz no sistema orgânico verduras, frutas de época, mel, leite de vaca, leite de cabra, carne de porco, chá, diversos temperos, apenas para o consumo próprio. Devido a necessidade dos produtores orgânicos do município em adquirir mudas orgânicas, irá investir nesta produção.

XIII Jornadas Nacionales y  
V Internacionales de Investigación y Debate.

**Sujetos Sociales**  
**y**  
**Territorios Agrarios**  
**Latinoamericanos**  
**Siglos XX y XXI**

Universidad Nacional de Quilmes  
27 al 29 de julio de 2016

Organizan

CEAR  
Centro de Estudios de la  
Argentina Rural

UC  
UNIVERSIDAD  
DE CANTABRIA

ceil  
Centro de Estudios  
Interdisciplinarios  
Latinoamericanos  
Tróica, Lantz, Sola

Auspician

AGENCIA  
NACIONAL DE PROMOCIÓN  
AGROPECUARIA Y RURAL

CONICET

Universidad  
Nacional  
de Quilmes

**Figura 02: Produção realizada no sistema orgânico e a feira do produtor rural no município de Piracaia- SP.**



**Fonte: Trabalho de Campo realizado em Maio de 2016. Autora: Gabriela**



E., possui entre 51 e 60 anos, curso superior completo em Direito, reside na cidade. Comprou a propriedade há seis anos, já iniciando a produção de forma orgânica. Era advogada no mercado financeiro, deixando a profissão para ser professora de meditação transcendental em Belo Horizonte, Minas Gerais. Produz noz-pecã, temperos (manjeriço, alecrim, salsinha e cebolinha) e mudas, que vende na propriedade e na feira do produtor rural. Como forma de fugir da produção tradicional, irá investir na produção de flores comestíveis, como a lavanda (*Lavandula sp*).

Cada um destes atores expressam um novo movimento que se realiza no espaço rural, apresentando determinadas práticas, escolhas, formas de organização diferentes daquelas que estamos acostumados a vivenciar. Estes produtores rurais realizam sua produção sem a utilização de agrotóxicos, utilizam-se de práticas agrícolas que não agridem o meio ambiente como o roçamento, a aplicação de cobertura morta, a capina alternada, a agrofloresta, a realização da rotação de culturas, o quebra-vento, o consorciamento entre culturas, a irrigação, a adubação e a aplicação de compostos orgânicos que são produzidos através do esterco animal, principalmente o bovino, o óleo de nim (Neem) para o controle das pragas, e a compostagem, como forma de aproveitar os restos de frutas, legumes e verduras que foram consumidos na propriedade.

Assim, o espaço rural no município de Piracaia não pode ser percebido apenas do ponto de vista de sua produção, mas deve ser entendido através de suas novas funções, novos tipos de ocupações e de novas identidades sociais no meio rural, principalmente aquelas vinculadas a APO.

Todo esse conjunto de transformações compreendem novas estratégias de reprodução social desenvolvidas pelos produtores rurais vinculados a APO que extrapolam o processo produtivo, como a necessidade da preservação do meio ambiente e também uma produção agrícola que não utilize de agrotóxicos, buscando a valorização da pequena propriedade rural, a qualidade de vida e a produção de alimentos saudáveis.

A preocupação com a saúde e com o consumo de alimentos saudáveis também esta presente nos consumidores que frequentam a feira do produtor rural promovida pela APO em parceria com a Casa da Agricultura. Essas novas formas de mobilização social, em relação ao





consumo, tem sido (re)construídas, modificadas, passando a ser vistas não somente do ponto de vista econômico, mas como a expressão de sua identidade.

Buscamos assim, traçar um perfil destes consumidores para entender a importância da agricultura orgânica no município.

O perfil dos consumidores orgânicos pesquisados revelam que 55,56% possuem idade acima de 40 anos e 55,56% destes possuem curso superior. Quanto renda familiar, 88,88% possuem renda acima de três salários mínimos<sup>7</sup> e 66,66% residem na área urbana.

Dentre os principais motivos para o consumo de alimentos orgânicos, 58,83% dos pesquisados informaram que estão relacionados à saúde (por não conter agrotóxico e ser mais saudáveis); já 11,77% apontam o consumo de alimentos orgânicos pelo fato destes valorizarem o produto do município e para gerar renda, e outros motivos como a proteção ao meio ambiente, incentivo a produção orgânica e recomendação médica foram apresentados por 5,88% dos entrevistados.

Em relação ao tempo em que o entrevistado consome produtos orgânicos, 66,67% revelaram consumir produtos há mais de três anos. A frequência com que o consumidor vai à feira aponta que 66,66% frequentam a feira semanalmente e os principais motivos são: a confiança no produtor, representando 30,76%, 23,1% apontam que consomem os produtos devido a produção ser local e artesanal; 15,38% indicam a variedade e qualidade dos alimentos; e 15,38% apontam o valor, preço e custo acessível dos produtos.

Estes mesmos consumidores, cerca de 55,56% dos pesquisados, consomem produtos orgânicos em outros estabelecimentos/localidades, como na cidade de São Paulo (30%), em supermercados (30%), na feira de Atibaia (município vizinho) (20%), vizinhos (10%) e através da internet (10%). Estes consumidores também indicam dificuldades no consumo de produtos orgânicos, como encontrar o produto, o preço, a necessidade de deslocamento e a variedade.

<sup>7</sup> Valor do salário mínimo no Brasil é de R\$ 880,00. Três salários mínimos equivalem em Maio de 2016 em R\$2.640,00.



A feira do produtor representa o lugar do encontro entre amigos, das trocas de informações, das visitas dos consumidores que, em sua maioria, já conhecem os produtores rurais orgânicos, estabelecendo, assim, laços de proximidade.

Compreendemos, assim, que o consumo possui significações, materializando valores e representações, pois

As escolhas de consumo fundamentam-se nas experiências de pertencimento a um determinado grupo, no sentido antropológico, cujos indivíduos partilham uma mesma base normativa, podendo-se considerar o consumo, portanto uma área de comportamento cercada de regras e valores morais que determinam as decisões de como e o que comprar, quanto gastar ou economizar (BETTI; FENIMAN; SCHENEIDER, 2013, p. 271).

Diante dos dados apresentados, notamos a importância da feira do produtor rural no município de Piracaia, como também da produção de alimentos orgânicos, que possuem consumidores frequentes e com um perfil diferenciado.

### **Considerações Finais**

Buscou-se, ao longo deste trabalho, evidenciar algumas considerações a respeito dos produtores orgânicos da APO, nas configurações das novas ruralidades. Diante dos dados parciais analisados, os produtores rurais desenvolvem suas atividades e tem sua origem na área urbana, mas, que por um motivo pessoal ou um ideal, passaram a desenvolver a atividade agropecuária na produção orgânica.

Os objetivos em comum que são revelados na busca pela preservação do meio ambiente, do desenvolvimento de práticas agrícolas orgânicas, levam muitos destes produtores a se reunirem em torno da APO, ora formalmente vinculados, ora como apenas colaboradores.

Por outro lado, uma característica marcante destes produtores rurais, além do desenvolvimento da atividade agropecuária em paralelo à atividades urbanas, se expressa no exercício de cargos estratégicos como a presidência do Conselho Municipal de Meio Ambiente e vice presidência do Sindicato Rural, tendo em vista uma preocupação com a



institucionalização dos ideais orgânicos, como a preservação do meio ambiente, a produção limpa sem o uso de agrotóxicos, o oferecimento de um produto de qualidade, a promoção de cursos e a assistência técnica.

A produção orgânica é vendida na feira do produtor rural e seus consumidores possuem um perfil diferenciado, curso superior completo e renda acima dos 3 salários mínimos. Os motivos também revelam a preocupação com meio ambiente e com a saúde na busca de uma alimentação saudável.

### Referências Bibliográficas

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 120 p.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 234 p.

CODONHO, Camila Guedes. **Ser orgânico**: agricultura ecológica e as novas ruralidades no sul de Minas Gerais. 2013, 291p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [S.L], p. 28-46, out. 2002.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. Perspectivas da agricultura sustentável no Brasil. **Confins**, [S.L], v. 2, n. 2, mar. 2008. Disponível em: <<http://confins.revues.org/2353>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=1505>>. Acesso em 01 de junho de 2016.

NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano De; VEZZANI., Fabiane Machado. **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. 1 ed. Curitiba: Kairós, 2013. 393 p.

**PIRACAIA ORGÂNICA**. Disponível em: <<http://www.piracaiaorganica.eco.br/>>. Acesso em 01 de junho de 2016.

PIRES, André. **Ruralidades em transformação**: agricultores, caseiros e moradores de



condomínio. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2007. 240 p.

SILVA, Franciane Cristine da. **Agricultura orgânica como processo territorial no município de Chapecó – SC.** 2007, 197f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

SILVA, José Graziano Da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 1 ed. Campinas: UNICAMP/IE, 1996. 217 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [S.L], p. 87-145, out./nov. 2000.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A.. **Agricultura ecológica: Preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente.** 1 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.